

Lineamentos para a trajetória histórica da
***Projeto História*: pressupostos teóricos e fluxos e**
influxos da historiografia

ANTONIO RAGO FILHO*

Projeto História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

* projetohistoria_rev@pucsp.br

Resumo

Este artigo se propõe a traçar alguns momentos significativos do itinerário da *Projeto História* – revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. Voltada para a história social, uma de suas marcas distintivas foi o desenvolvimento de estudos culturais balizados nos métodos da história oral. Daí os estudos sobre o mundo do trabalho e a cultura operária, seus movimentos sociais, sua imprensa, suas estratégias políticas, que dialogaram de modo fértil com as categorias do marxismo britânico. Suas páginas acolheram também o dialogismo entre a polifonia da arte e o mundo da cultura. Nos estudos sobre diásporas, abriram-se novas perspectivas para a reprodução de memórias ancoradas em corpos negros.

Palavras chave: *Projeto História*, história oral, cultura popular, estudos culturais, diásporas.

O nosso colegiado do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, ficou extremamente honrado pelo convite a *Projeto História* por meio do editor Mauricio Archila Neira para esta comemoração dos cinquenta anos do *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*. Seria difícil fazer um balanço da trajetória da *Projeto História* tal a profusão de artigos, traduções, entrevistas, notícias de pesquisa e resenhas veiculadas em suas páginas ordenadas por determinadas temáticas e, mais ainda, sua natureza plural. Esses escritos não se atêm a um dado período histórico, mas se dispõem em conformidade com a temática selecionada em tempos de longa, média e curta duração e que, por vezes, tomam personagens, comunidades, culturas particulares, sujeitos histórico-sociais em realidades e culturas distintas.

De certa forma, temos várias identidades com a perspectiva do *Anuario Colombiano de Historia y de la Cultura*. O foco na história social e as investigações no campo da cultura, em especial, no mundo do trabalho e da cultura popular. Aqui, gostaria de me deter em alguns momentos dessa trajetória, destacando orientações teórico-metodológicas, certas reflexões historiográficas, pinçando algumas figuras expressivas que, de certa maneira, influenciaram e dialogaram com as pesquisas e escritos acolhidos no interior da *Projeto História*. Há que enfatizar que a revista expressa o próprio emaranhado de um colegiado, com suas peculiaridades e curiosidades, que é dinâmico, mutável, plural, abrigando tendências específicas e contemplando vetores historiográficos que se irradiam no plano mundial, como as várias gerações da Escola dos *Annales*, a produção filosófica francesa de Michel Foucault a Deleuze, as outras histórias de Michel De Certeau e Georges Vigarello, entre outros. A história social e cultural de nossa formação social ganhou qualidade teórica com esse diálogo. Sem exagero, há que destacar também o posicionamento de

vanguarda de Walter Benjamin que serve como mirante da revista. Se a confluência pluralista tem prevalecido na *Projeto História*, de outra parte, a máxima benjaminiana, segundo a qual o historiador deve se posicionar da perspectiva dos vencidos, lutar contra a hegemonia dos vencedores que esmagam as alternativas do trabalho desfazendo sua memória social, destruindo suas utopias e projetos históricos. *Escrever a história a contrapelo!* Tem sido o repto da revista *Projeto História*.

Há que, portanto, registrar e demarcar certos veios, certas matrizes, que lhe deram um perfil próprio. Sem desmerecer outros historiadores e intelectuais de expressão que se tornaram referência para a *PH*, cabe destacar a figura do historiador Alessandro Portelli. Pontuo com uma breve digressão. Com a obra *Riti di guerra fascisti a Roma*, nomeada na tradução castelhana, *La orden ya fue ejecutada: Roma, las fosas ardeatinas, la memoria*, de 1999, Portelli narra uma matança nazista perpetrada em 1944, na cidade de Roma. O historiador demonstra como esse evento ficou gravado na memória popular italiana a ponto de reaparecer constantemente em outros momentos na longa duração. Dessa forma, se posiciona em nome da luta pela memória daqueles que exigem justiça contra o massacre das fossas ardeatinas e aponta a virada quando o nazista Erich Priebke foi encontrado em Bariloche, na Argentina e, daí, extraditado e processado na Itália. “Nesse ponto, a história do nazismo e da resistência na Itália se entrelaçam com a história dos crimes de guerra nazistas que buscaram refúgio na América Latina e que tiveram peso significativo nos destinos do continente.”¹ O autor evoca o comportamento daqueles indivíduos que contam, falam das experiências

¹ Alessandro Portelli, *La orden ya fue ejecutada. Roma, las fosas ardeatinas, la memoria* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999) 9. Além de um formidável depoimento sobre seu itinerário e conversão ao ofício de historiador, Alessandro Portelli publicou sua conferência intitulada Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral, na Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, *Projeto História* nº 15 – Ética e História Oral (São Paulo: Educ, abril de 1997) 13-49. Ver também História Oral como gênero. In: *Projeto História* nº 22 – História & Oralidade (São Paulo: Educ, junho de 2001) 09-36.

vividas, na medida em que sentem a necessidade de “contar um crime”, sabem que ao narrarem o que reservam, contribuem para a construção da verdade histórica.

A sua metodologia constitui-se no traçado da história oral, que, para ele, é sempre um instrumento útil, “porque suas histórias nos puxam sempre para bem lá atrás, até começos profundos, e que não se detém nunca num final definitivo.” O historiador italiano sempre nos brinda em seus livros com suas experiências de pesquisa. As dificuldades próprias de buscar revelações, narrativas que nos põem arrepiados ante fatos de barbárie social. Cabe lembrar que no ano de 2011, Portelli participou ativamente do Seminário Internacional “Memória e Globalização na perspectiva dos trabalhadores”, realizado na PUC-SP. Demarcando as diferenças entre documentos escritos e os das fontes orais que são sempre extraídos da trama de atos, nosso autor dispõe que “as fontes orais não são nunca anônimas e impessoais, como é justo que o sejam as fontes institucionais. Porquanto, a narração e a memória podem conter materiais compartilhados com outros; os que recordam e contam são sempre indivíduos singulares, que assumem sistematicamente a responsabilidade e o compromisso daqueles que recordam e dizem.”² O autor sabia que em qualquer parte que as tragédias humanas foram encetadas por facínoras, por tiranias que promovem genocídios: “cada vez que um fascista se cala, se queima um pedaço significativo de liberdade”. Assim como dizem os africanos: “quando um ancião morre, é toda uma biblioteca que fenece”.

Numa entrevista que publicamos na *Projeto História*³, Portelli rememora seus primeiros passos pela PUC-SP e o encontro com o grupo de estudos da FGV do Rio de Janeiro. Evento realizado em 1995 e coordenado pelas professoras Marieta Moraes e Maria Antonieta Antonacci, no qual conheceu e se entusiasmou com o grupo de

² Alessandro Portelli, *La ordem ya fue ejecutada. Roma, las fosas ardeatinas, la memoria* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999) 24.

³ Alessandro Portelli, “Entrevista com Alessandro Portelli”, *Projeto História* n.º 41 (2010) 31-68.

pesquisadores coordenados pela historiadora Dea Fenelon, que lhe mostraram seus trabalhos se valendo da metodologia da história oral, e obviamente, a partir daí, houve uma considerável aproximação e, das trocas intelectuais, houve um notável crescimento de pesquisas tendo como referência os trabalhos de Alessandro Portelli. No caso das pesquisas da FGV, o que chamava a atenção de Portelli, um mestre originário do campo das Letras, assim como Carlo Ginzburg, era o fato de que faziam, ao contrário de seus sujeitos históricos do mundo do trabalho, a história das elites. Portelli debateu com intelectuais do porte de Alistair Thomson, Mary Marshall Clark, Lutz Niethammer, entre outros, cujo resultado deu a ossatura da revista *Projeto História n.º 15. Ética e História Oral*⁴

Na esteira dessa abordagem, a historiadora Yara Aun Khoury, aponta para a riqueza das narrativas da história social fecundadas pela metodologia da história oral, na medida em que “congrega vários campos de conhecimento e de prática profissional, ampliando os horizontes da investigação social e da consciência crítica daqueles que se colocam indagações sobre a realidade social e histórica”⁵, e, dessa maneira, não se deixa submergir, sem o devido combate político, no horizonte bloqueado e reificado do neopositivismo e do irracionalismo contemporâneos. A pesquisadora enfatiza a lógica desse posicionamento crítico que toma “a memória como campo social de reflexão e diálogo, minado pelas lutas sociais engendradas cotidianamente.” Concluindo que “Na trajetória de pesquisa e reflexões com história oral, buscamos avançar no trato mais amplo e articulado das narrativas e das memórias como atos interpretativos, mediados pela tradição e pela cultura, atravessadas por relações de poder, na trama complexa da

⁴ *Projeto História 15*, “Ética e História Oral”, (São Paulo: Educ, abril de 1997).

⁵ Yara Aun Khoury, “Apresentação”, *Ensaios de História Oral*, (São Paulo: Letra e Voz, 2010) 7.

realidade histórica, como práticas que se forjam, se entrelaçam e tencionam numa rede de relações, num tempo e num espaço vividos.”⁶

Em sua última visita a PUC-SP, em agosto de 2011, Alessandro Portelli mostrou alguns resultados de sua pesquisa no presente histórico, que cruzam as vidas dos trabalhadores em vários continentes sob os desmandos e efeitos da mundialização do capital. Relembrou que em seus primeiros estudos sobre os operários da cidade de Terni, o contingente operário era em sua maioria constituído de italianos. Agora, na mesma Terni nos deparamos com operários de origem romena. Por conta disso, em terra italiana, são considerados estrangeiros, daí não poderem se organizar em sindicatos e manifestarem-se com seus interesses de classe. No passado, a maioria pertencia ou estava sob influência dos comunistas, que também atuavam na vida sindical, nas prefeituras e na vida parlamentar. Ao narrar características da dominação burguesa, o autor mostra que se verificava uma fragmentação em seu ser social, sob influência da sociedade de massas e, com isso, até a mudança vocabular era um fato dessa nova hegemonia cultural que a mundialização do capital tudo enquadra. Os empregados agora são chamados de *associados*, os patrões, de *empreendedores*; os que prestam serviços domésticos, chamados de serviçais agora são *secretários*, e assim por diante. Daí, num certo momento, ele enfatizar com suas habituais energia e rigor, que o ofício do historiador também é o de dar continuidade à luta de classes, mas por outros meios.

A pesquisa deve extrair os saberes e fazeres, as maneiras de ser e ir sendo da própria prática operária. Quando, por exemplo, comenta várias situações que precisam ser enfrentadas e não negligenciadas: “Então, o operário que explica ao engenheiro que aquela máquina não pode ser usada assim; o soldado que explica ao tenente que ele não entendeu nada; o sindicalista que coloca em crise o dirigente de empresa; o estudante

⁶ Yara Aun Khoury, “Apresentação”, *Ensaio de História Oral*, (São Paulo: Letra e Voz, 2010) 13.

que explica ao professor que este errou; a senhora que, no hospital, explica a um médico que não entendeu nada sobre a doença de seu marido. Este é um motivo que recorre continuamente. Esse é um motivo de trânsito individual.”⁷

O referencial teórico e a produção cultural do marxismo britânico

Se as pesquisas sobre a história social brasileira se nutriram dos métodos da história oral para a compreensão de memórias e narrativas de protagonistas que disputaram projetos e alternativas nutridos na própria vida cotidiana, distinguindo a *Projeto História*, outra vertente também foi bastante fecunda. Trata-se das obras dos historiadores que promoveram uma reviravolta no conhecimento da história da Grã-Bretanha. Alinhados ao PC britânico, Raymond Williams, Eric J. Hobsbawm, E. P. Thompson, Dorothy Thompson, Georg Rudé e Raphael Samuel, também forneceram parâmetros para os trabalhos e pesquisas editados em nossos números temáticos. Poderíamos dizer que eles se espelhavam numa formulação do marxista italiano Antonio Gramsci, para quem os intelectuais são organizadores da cultura e devem batalhar contra a hegemonia dominante regida pela lógica do capital sobre trabalhadores e camponeses. Daí, a necessidade de empunhar a luta no campo cultural.

Com essa diversidade de abordagens, a *Projeto História* tem se tornado referência para os pesquisadores de nosso país. E soube homenagear o historiador marxista E.P. Thompson, quando de seu falecimento em 1993, e agora perspectiva novo volume na passagem de 20 anos de sua perda. Thompson sabia comprar um bom embate intelectual. Assim, em *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (1978), mostrou as debilidades e deformações do “marxismo estruturalista” de Louis Althusser. Como explicar a história pela experiência vivida num “processo sem sujeitos”? Mesmo

⁷ Alessandro Portelli, “Entrevista”, *Projeto História* n.º 41 (2010) 41.

se contrapondo ao que considerava certos coágulos hegelianos na obra de Marx, um deles, acredito, mais uma confusão de seu próprio pensamento em detectar em Marx uma simples substituição filosófica do *télos* do espírito absoluto como diretor do processo histórico, agora, em sua interpretação, sob a condução de uma consciência universal do proletariado; com isso, o historiador britânico dissertava sobre a distância desse estruturalismo althusseriano com o entendimento da atividade prática sensível na obra do autor de *O capital*.

O historiador Edward Palmer Thompson, especialmente com a disseminação dos três volumes de *A formação da classe operária inglesa* e *Cultura em comum*, veio a se constituir numa das principais inesgotáveis para todos os que buscam entender o movimento da história, a partir dos sujeitos sociais na produção e mobilização quotidiana de suas vidas. É inegável a posição que o seu marxismo ocupa em nossa historiografia social e, de certo modo, em historiografias de outros países. Pode-se argumentar que foi um historiador que maior contribuição trouxe à história da formação da classe trabalhadora inglesa, que perpassa porções do século XVIII, se detém nos poetas românticos ingleses e critica sem suavizar a ideologia do owenismo, abarcando ainda as experiências do anticapitalismo romântico ao socialismo das primeiras décadas do século XX. Suas reflexões sobre os limites do marxismo vulgar e também dos paradoxos do marxismo estruturalista se transformaram em referências teóricas e metodológicas para se pensar os sujeitos históricos dinâmicos das classes subalternas e, de modo radical, a questão da hegemonia em outras situações nacionais. Daí o aporte dos nossos historiadores e historiadoras em se aproximar da formação da classe operária de nosso próprio país, mas também em outras formações marcadas pela desigualdade e a subordinação aos capitais metropolitanos. O questionamento da perspectiva inscrita em *Para ler Marx* de Louis Althusser, também teve fortuna em nossa vida acadêmica.

Basta atentar para aproximações com as críticas do historiador Caio Prado Jr. e a do filósofo José Arthur Giannotti que rejeitaram as noções estruturalistas de Althusser, a imputação hermenêutica de um “corte epistemológico”, a tese do “processo sem sujeito”, e a tentativa de erradicar do marxismo sua defesa do humanismo. O marxismo estruturalista não contempla no evoluir histórico-social, o protagonismo dos indivíduos vivos e atuantes. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, com tradução de Waltensir Dutra é de 1981, e sua monumental obra *A formação da classe operária inglesa* (1963) tem sua primeira versão brasileira, com tradução de Denise Bottmann, em 1987, num momento de em que transitávamos de uma ditadura civil-militar, na forma de dominação autocrático-burguesa para um intento de auto-reforma, a institucionalização da própria autocracia. Desse modo, Thompson não é apenas uma referência para o campo da história da cultura operária e de suas lutas concretas, mas também que propiciou um autêntico diálogo com os conhecimentos históricos advindos da antropologia, sociologia, educação e literatura.

E. P. Thompson⁸, como é sabido, rompeu com o PC britânico em 1956, mas isto não significou uma renúncia à ação política. Sua luta contra as guerras, o *exterminismo*, o consumiu o resto de sua vida. Daí sua inserção nas lutas de seu tempo, a adesão aos protestos populares e a denúncia das atrocidades das guerras imperialistas. No momento em que tais vozes operárias emergem em todo o mundo, em manifestações massivas que se voltam contra os problemas sociais agravados pela mundialização do capital e que têm levado milhares de pessoas a condições sub-humanas, Thompson buscava recuperar por meio das reflexões históricas, das respostas culturais dos trabalhadores

⁸ A *Projeto História* prestou homenagem ao historiador britânico E. P. Thompson na da *Projeto História* nº 12, (São Paulo: Educ, 1997). E agora, neste ano, prestou homenagem por ocasião dos vinte anos de sua perda. *Projeto História* nº 48 – cultura, trabalhadores e resistências (São Paulo: Educ, 2013). Acesso: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/archive>

proporcionar o aprofundamento das lutas de classes, e assim resgatar o papel da política e o peso das características culturais nas mobilizações sociais.

Outra referência teórica para a *Projeto História*, o materialismo cultural de Raymond Williams abriu um leque de pesquisas sobre a cultura das classes subalternas de modo igualmente fecundo, para ele, cultura é entendida como modos determinados de vida societária. Além disso, suas pesquisas sobre a literatura, a estrutura de sentimentos e a função social da imprensa, abriram caminhos positivos para a *Projeto História*. Basta tomar os resultados alcançados não só na produção de teses e dissertações apresentadas ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, como nas páginas da *PH*, na medida em que “Destaque-se como emergente para os estudos sobre história da imprensa entre nós, a importância assumida pela reflexão voltada para nosso passado mais recente e que indaga sobre facetas diversas das relações imprensa e ditadura no Brasil. (...) A tradução do artigo clássico de Raymond Williams sobre imprensa e a cultura popular na Inglaterra do século XIX, citado por inúmeros estudos, mas de difícil acesso aos pesquisadores, busca contribuir para a expansão das perspectivas históricas do debate na área. Nele, Williams desenvolve perspectivas teóricas e metodológicas instigantes para o estudo das relações entre Imprensa e História Social. No estudo sobre a experiência inglesa no século XX, o artigo aborda temas fundamentais como o dos caminhos e sentidos históricos da popularização da imprensa comercial e o da emergência de espaços alternativos, radicais ou dissidentes no campo da comunicação impressa.”⁹

⁹ Heloisa de Farias Cruz, Vera Lucia Vieira e Antonio Rago Filho, “Apresentação”, *Projeto História* n.º 35 (2007) 10.

O campo polifônico das Artes e sua importância para a *Projeto História*

A revista também tem disseminado pesquisas que abarcam o universo das obras e manifestações artísticas e, nele, a arte dos sons, que tem recebido atenção crescente dos historiadores e historiadoras a fim de desvelar os vários elementos que constituem as culturas híbridas, culturas populares e suas resistências à cultura hegemônica, como enfatizava Raymond Williams, a cultura material se apresenta como modos determinados de viver, estruturas de sentimentos particulares e processos infinitos de objetivação criativa nas experiências concretas e que apontam para engates entre passado e presente e que remetem às questões humano-societárias. A arte tem a potencialidade de revelar os determinantes sociais que situam destinos individuais e criticam formas sociais de controle e agenciamentos humanos.

Está claro que a esfera da arte em sua processualidade histórica, em especial no mundo da modernidade, alcançou uma autonomia estética que, muitas vezes, opõem a obra produzida às posições políticas dos criadores. O que não contradiz, de forma alguma, que as obras de arte possam simplesmente flutuar sobre a vida cotidiana sem ter quaisquer condicionamentos histórico-culturais. Não se trata de absolutizar o seu âmbito, mas sim de recusar uma perspectiva utilitarista, pragmática, e por que não referir a seu desfibramento, concepção e práticas que mutilam a própria obra de arte, segundo seu modelo redutor e mecanicista, que dilui o específico do estético e a função social da arte. Conseqüência disso: a arte torna-se um transmissor *politicista*, como mero portador passivo de uma dada situação social. Isto não significa a anulação do partidarismo da arte, mas a recusa de uma arte impregnada dos contornos da política. Lukács fez desse combate um bom combate. As orientações do fenômeno do stalinismo, os equívocos do *proletkult* simplesmente, em sua época, vitimizaram artistas e seus produtos. O fato de as obras de arte – sejam em suas expressões mais grandiosas

daquelas menores ou mesmo sem qualquer aferição de autenticidade –, ficarem submetidas à lógica do grande capital, às necessidades do mercado, não implica que a arte desapareça do horizonte. “Mas o que faz com que a arte seja autêntica? O que constitui a liberdade do verdadeiro artista? (...) André Gide constatou certa feita que toda literatura autêntica de nosso tempo nasceu em oposição à sua época. Isso é totalmente verdadeiro tanto para a forma quanto para o conteúdo”, escrevia Lukács¹. Esta forma de combate não se restringe, é certo, apenas à sobrevivência do artista e de sua arte, ao escape dessa subordinação, mas diz respeito ao modo determinado da vida cotidiana, aos fenômenos coisificadores que a cercam, aos produtos das próprias relações sociais regidas pelo capital. Hegel supôs, em seu tempo, que esse fenômeno de dessubstancialização da arte decorria de uma forma social *decadente*. Algo que se movia nas contradições de seu presente e que impediam a arte de ser uma forma de plenificação consciente. Para o filósofo idealista, “O pensamento e a reflexão sobrepujaram a bela arte. Se nos comprazemos com queixas e recriminações, podemos tomar tal fenômeno por uma *decadência* e imputá-lo ao excesso de paixões e interesses pessoais, que tanto afugentam a seriedade quanto a serenidade da arte; ou podemos lamentar a miséria do presente, o estado intrincado da vida burguesa e política, que não permite que o ânimo aprisionado a interesses mesquinhos possa libertar-se para os fins superiores da arte.”¹⁰

Nicolas Tertulian aclarou essas determinações do plano estético ao mostrar que arte em seu poder mimético não significava de modo algum uma mera reprodução mecânica da vida, uma apreensão neutral e indiferente, mas, ao revés, sua tônica está na própria vocação da arte em intensificar a subjetividade. A substância revigorante da subjetividade realçada nas obras de arte é a *humanitas*, a essência humana que barra os

¹⁰ F. W. Hegel, *Cursos de Estética – vol. 1*, (São Paulo: Edusp, 1999) 34-35.

estranhamentos e ancora a integridade humana contra os aviltamentos e toda sorte de efeitos reificadores. Súmula lukacsiana: *grandeza artística, realismo autêntico e humanismo estão indissoluvelmente unidos*. A negação da intervenção transformadora do artista em nossos tempos tem revelado um traço de impotência e natureza postíça de sua visão da arte. O filósofo romeno assegura que para o autor da *Estética*: “a arte tem por missão propor uma representação plenamente objetiva do mundo olhado da perspectiva única de sua conformidade com as aspirações humanas.”¹¹ Recorde-se que para Lukács, *a criação artística é, ao mesmo tempo, descobrimento do núcleo da vida e crítica da vida*. A maneira mais adequada, expressiva e elevada da produção da *autoconsciência da humanidade*.

Mesmo reconhecendo que a música incorpora a “divina finalidade” de mover os afetos e paixões humanas promovendo a decantação de nossa alma numa elevação humanista, sua capacidade de nos envolver e tomar por inteiro, como também o de apontar o *dever-ser* no interior das tramas históricas dos destinos individuais; todavia, a arte dos sons pode ser destinada a servir outras finalidades, outros atributos históricos. Usos sociais que motivaram teleologias vis e infames, como a de insuflar atos de barbárie, monstruosidades como a guerra, a violência, a tortura e outras finalidades irracionais. Assim como o nazismo se valeu da música para afirmar a sua pretensa superioridade *rácica*, sua identidade germanista, outras ditaduras, como as que vicejaram nas ditaduras do Cone Sul, também se valeram do uso da música na prática da tortura, mesclando os sons dos martírios e tormentos de suas vítimas com a audição de músicas, algumas dos autores relevantes para a humanidade, como Bach. Podemos fazer referências a inúmeras situações nas quais a música foi utilizada de forma torpe, pragmática, distorcida, transformando canções em hinos patrióticos, guerreiros, que

¹¹ Nicolas Tertulian, *As etapas do pensamento estético de Lukács*, (São Paulo: Editora UNESP, 2008) 240.

além da coesão que articula de modo indistinto classes sociais antagônicas, produzem cantos de guerra, desencadeando sentimentos violentos, servindo de molde para indivíduos conformistas que apodrecem sob a própria pele e se tornam apolíticos da ordem social. Os processos culturais reificadores – como aqueles disseminados em tempos de paz pela *indústria cultural*, simplesmente, despojam a arte de sua função desfetichizadora, reduzindo seu papel humanista à mera reprodução da crosta aparential da vida social coisificada, aderindo aos estranhamentos humanos, se amoldando a atos de conformismo, humilhação e mesmo agindo no fortalecimento dos sentimentos religiosos.

Estamos passando por mais uma lembrança do 11 de setembro, a queda das Torres Gêmeas e a ação terrorista comandada pelo general Pinochet contra o presidente constitucionalmente eleito Salvador Allende. Há que se reportar às sinistras formulações de um dos principais compositores do século XX, ante a tragédia do desabamento das Torres Gêmeas e suas finalidades genocidas. Karlheinz Stockhausen, o célebre músico reconhecido por levar “às últimas conseqüências a idéia da composição com séries. Queria trabalhar com os 12 sons da escala cromática, límpidos, filtrados de qualquer conteúdo ou ranço do passado, raciocínio esse que estendeu à organização rítmica e às intensidades (...)”. Em sua maturidade, “criou obras grandiosas que contavam com participação de quatro helicópteros; outras, como a da Exposição de Osaka, onde a música era distribuída pelos espaços da mostra com sonoridades específicas para cada local”. Todavia, este músico que buscava romper com todas as tradições, com o nosso passado musical, acabou por se voltar a uma espécie de arte indesejada, idêntica aquela que Walter Benjamin inscreveu em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* e combateu uma manifestação de arte concebida na máxima: “A guerra é bela!”. O maestro Júlio Medaglia lembrou que após os acontecimentos da implosão das

Torres Gêmeas, no dia 11 de setembro de 2001, fato ocorrido há dez anos, em Nova York, Stockhausen “disse que naquela cidade ocorreu *o maior de todos os espetáculos* e que nós, músicos, que pretendemos conduzir pessoas a delírios estéticos ‘não somos nada perto daquilo’.”¹²

Recorde-se também, apenas como dimensão de exemplaridade, o arrepio dos germanistas puristas à sonoridade provinda dos negros, como o blues e o jazz! A superioridade racial ditando também aqui a sua superioridade, imputando a outras culturas meros “sintomas de arte degenerada”, e sua mescla traduzindo impurezas! Por outra parte, em contraste flagrante a essa visão do mundo nazi-fascista, há que qualificar os esforços do maestro argentino Daniel Barenboim e do escritor Edward W. Said (1935-2003), um de origem judaica, o outro palestina, juntos esgrimiram com seus arietes, escritos e, fundamentalmente – a música – a desarmarem os espíritos, fortalecendo-os na solidariedade, a fim de juntar povos em permanente estado de guerra.. São esforços poéticos, alguns dizem, mas gigantescos. Barenboim teve a ousadia e coragem de reger Wagner – considerado um músico por excelência “nazista”, em plena Jerusalém. Claro está que foi hostilizado. Num teatro para se ouvir música e ser hostilizado significa ser amplamente vaiado. E, mais tarde, cobrado! Em *Diálogos sobre música e teatro – Tristão e Isolda*, o condutor argentino deixa transparente sua posição: “Não acredito no nacionalismo cultural nesse sentido. Percebi que na expressão da música wagneriana existe alguma coisa que se adapta de modo mais natural à sensibilidade alemã do que à sensibilidade latina ou eslava, sem dúvida. Mas ao mesmo

¹² Júlio Medaglia, “Karlheinz Stockhausen, 1928-2007”. *Concerto – Guia mensal de música erudita*, (janeiro/fevereiro, 2008) 12.

tempo acho que a essência de Wagner é plenamente acessível a um italiano, assim como a essência de Verdi é plenamente acessível a um alemão.”¹³

Marshall Berman (1940-2013), o grande humanista recentemente falecido, ao comparar as produções espirituais em nossa modernidade, alinhou-as em suas múltiplas formas da sensibilidade moderna no interior de um “turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia”, e que se ancora numa unidade paradoxal, numa “unidade de desunidade”, onde mal o novo se manifesta e tudo parece se volatizar, o que se vivifica imediatamente desaparece, torna-se caduco, petrificado, porque sob a ordem humano-societária do capital, essencialmente destrutiva e corrupta, particularmente em nossos tempos sombrios, “em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário”.

As experiências culturais e as performances inscritas nas diásporas

Walter Benjamin adentra as páginas do volume dedicado a *Diásporas*, como um pensador que por meio de sua interpretação dos fragmentos do mundo moderno agarra fortemente as ruínas do passado, escombros deixados pela barbárie cultural dos vencedores. Produto de uma nova interpretação *Diásporas* tem como suposto a seguinte percepção: *Uma cultura é uma herança da qual os indivíduos ou grupos não podem ser despojados do mesmo modo em que podem sê-lo da propriedade ou do poder político*, por conta disso, enfatiza Paget Henry, pelo fato da cultura ferir frontalmente as relações de poder, *é necessário que as elites governantes contenham esse poder distintivo. Uma via tem sido através da racialização ou etnização*. De sua parte, Kazadi wa Mukuna especificou o papel da música em todos os momentos da vida, desde o nascimento até a

¹³ Daniel Barenboim & Patrice Chéreau, *Diálogos sobre Música e Teatro. Tristão e Isolda*. (São Paulo: Martins Fontes, 2010) 121.

morte. Na África, a música é ferramenta que edifica os jovens a compreenderem seus papéis no convívio da coletividade. “Música e dança funcionam como um meio de comunicação e documentação e servem como ferramentas essenciais para a tradição oral”. Isto remete à tradição oral como grande escola da vida, feita e renovada com suas lutas culturais e transgressões à modernidade ocidental; remete, pois, à complexidade da vida ancoradas em corpos negros, que se traduzem em permanências culturais, em *memórias ancoradas em corpos negros*. Nesse sentido, aqui, brevemente exposto, os estudos culturais recentes sobre as *Diásporas*, atinam para a “Cosmologia, ética e estética de culturas populares negras [que] fluem em cantorias e ‘folhetos de cordel’, festejos e performances, como em pelejas entre tons contrastantes de xilografia.”¹⁴ Pensando com a utopia inscrita nas obras de Walter Benjamin que pinçando fragmentos amontoados nos escombros de embates que soterram alternativas da perspectiva dos oprimidos para se deleitar com uma versão dos vencedores otimizada do progresso e que lhes garante a hegemonia cultural. Não se trata de preencher lacunas e ordenar o processo histórico com se um único *télos* evolucionista o conduzisse. Pois, como assinalou Jean-Marie Gagnebin, na posição benjaminiana, “trata-se de saber considerar a realidade dos objetos de maneira suficientemente crítica para nela descobrir, na sua constituição mesma, os rastros de uma outra configuração”, porquanto, “os elementos mais díspares testemunham um outro ordenamento ideal onde poderiam ser reintegrados na sua verdade perdida.”¹⁵

¹⁴ Maria Antonieta Antonacci, *Memórias ancoradas em corpos negros*, (São Paulo: Educ, 2013) 14.

¹⁵ Jean-Marie Gagnebin, citada em *Memórias ancoradas em corpos negros*, (São Paulo: Educ, 2013) 17.

Pensar a emancipação humana como abertura da história

Essa posição dialética, cuja premissa se assenta no fato de que *as ações humanas constituem o ponto em que se resolve momentaneamente a tensão constante entre liberdade e necessidade*, foi ressaltada por uma das principais historiadoras brasileiras. Ao se contrapor às formulações de Ferdinand Lassale, o autor do *Manifesto Comunista* de 1848, Karl Marx, se vale dos estudos magistrais do filósofo Giambattista Vico (1668-1744). O filósofo napolitano escreveu a obra ímpar *A Nova Ciência*, publicada pela primeira vez em 1725. Reescreveu-a pela terceira vez no ano de sua morte, em 1744, nos legando categorias históricas que fez Jules Michelet, Herder e o próprio Marx, a tomá-lo como modelo. Uma de suas formulações explicitadas por Marx em *O Capital* que – ao refletir sobre os instrumentos de produção e da tecnologia – se pergunta: “Será que não merece igual atenção a história da formação dos órgãos produtivos do homem social, da base material de toda organização social específica?”. Recorde-se que Marx não abandonava por um só instante a determinação histórica dos seres sociais e das coisas existentes. Nessa direção, o filósofo alemão formula outra questão: “E não seria mais fácil reconstituí-la já que, como diz Vico, a história dos homens difere da história natural por termos feito uma e não a outra?”¹⁶

Ao destacar que o homem só pode conhecer aquilo que faz, Vico acrescentava que sendo Deus o criador da natureza só ele poderia conhecê-la a fundo. *Verum et factum convertuntur*. Por essa razão, nós conhecemos o efetuado praticamente, o homem é um ser autoproducente. Alguns autores reconheceram certas afinidades entre Marx e Vico, como Adrienne Fulco que faz convergir, entre outras, o impulso à objetividade, ao reconhecimento das determinidades concretas que se encontram no mundo *in flux*. Ambos, acrescenta Fulco, também “compartem a crença de que a

¹⁶ Karl Marx, *O capital – crítica da economia política*, 1.2, (São Paulo: Abril Cultural, 1984) 8.

consciência é a característica distintiva do homem; o centro essencial de sua humanidade. Para ambos, a consciência, em sua forma mais geral, é a capacidade de todo homem de conhecer-se a si mesmo e ao mundo que o rodeia. A consciência, com efeito, não é somente uma atividade própria da mente, mas também uma atividade de caráter social determinada.”¹⁷

Pense-se, nesse último passo, nas contribuições do filósofo húngaro György Lukács, autor de *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (2010), no que tange ao papel da consciência nos lineamentos histórico-materialistas inscritos na obra de Marx. “A ontologia marxiana se diferencia da de Hegel por afastar todo elemento lógico-dedutivo e, no plano da evolução histórica, todo elemento teleológico. (...) Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte movente e movida de um complexo concreto. Isto conduz, portanto, a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: ‘formas do ser, determinações da existência’.”¹⁸

Vico escrevera que “*Somente os homens fizeram esse mundo (...). Mas tal mundo surgiu, sem dúvida, de um espírito quase sempre diverso, às vezes inteiramente contrário e sempre superior às finalidades particulares que os homens haviam proposto.*” Marx dispõe essa síntese histórica para seus correligionários em sua correspondência, e, de forma mais apropriada a sua visão do mundo histórico, na obra *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, quando analisa as determinantes histórico-sociais do golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 desferido Luís Bonaparte em analogia com o golpe do tio,

¹⁷ Adrienne Fulco, “Vico y Marx: consciencia humana y estructura de la realidad”, *Vico y Marx: afinidades y contrastes* (México: Fondo de Cultura Económica, 1983) 123.

¹⁸ György Lukács, *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*, (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007) 228.

principia-a com essa refutação de qualquer finalismo a reger o processo histórico: “Em algumas passagens de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (...) *Os homens fazem a sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhe as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.* A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.”¹⁹

A interpretação de Agnes Heller pode lançar luz à improcedência dos autores que insistem na imputação de determinismos à concepção marxista da história e do *caráter teleológico* inscrito no processo histórico. “A teoria segundo a qual os homens fazem sua própria história, mas em condições previamente dadas, contém as teses fundamentais da concepção marxista da história: por um lado, a tese da imanência, e, por outro, a da objetividade. À primeira vista, o princípio da imanência implica no fato da teleologia, ao passo que o princípio da objetividade implica naquele da causalidade; os homens aspiram a certos fins, mas estes estão determinados pelas circunstâncias, as quais, de resto, modificam tais esforços e aspirações, produzindo desse modo resultados que divergem dos fins inicialmente colocados, etc.”²⁰

Emília Viotti da Costa, em seu estudo sobre a rebelião de escravos em Demerara, em 1823, numa parte mais desenvolvida atada à concepção materialista, salienta: “A história é feita por homens e mulheres, embora eles a façam sob condições que não escolheram. Em última instância, o que interessa é a maneira como as pessoas

¹⁹ Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2011) 25.

²⁰ Agnes Heller, *O cotidiano e a história*, (São Paulo: Paz e Terra, 2008) 11.

interagem, como pensam e agem sobre o mundo e como, ao transformar o mundo, transformam a si mesmas.”²¹

Tal imputação de finalismo no processo histórico também foi refutada por István Mészáros, porquanto “*A abertura radical da história* —a história humana— criada historicamente é, então, inescapável, no sentido de que não há meio de se predeterminar, teórica ou praticamente, as formas e modalidades da automediação humana, porque as condições teleológicas complexas dessa automediação, através da atividade produtiva, só podem ser satisfeitas —uma vez que estão sendo constantemente criadas e recriadas— no curso dessa própria automediação. É por isso que todas as tentativas de produzir sistemas de explicação histórica nitidamente fechados e encerrados em si próprios resultam ou em alguma redução arbitrária da complexidade das ações humanas à simplicidade grosseira de determinações mecânicas ou na superposição idealista de um tipo ou outro de transcendentalismo a priori à imanência do desenvolvimento humano.”²²

Contra outra visão de história bastante disseminada, o mundo se passaria no *tropo*, um dos mais renomados intérpretes da micro-história, o historiador Carlo Ginzburg vem estabelecendo um conseqüente embate contra os cépticos que professam o relativismo do conhecimento histórico. Além disso, o historiador italiano se insurge contra os riscos do *negacionismo*, corrente reacionária que tenta negar a existência do *Shoah* (Holocausto), da fustigação, massacre e genocídio de milhões de indivíduos de origem semita pelo terrorismo oficial do estado nazista.

Ao ser questionado por Perry Anderson sobre o uso da palavra “prova” ao invés de “testemunho”, Ginzburg mostra para a primeira sua ineliminável presença na

²¹ Emília Viotti da Costa, *Coroas de Gloria, Lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos em Demerara em 1823*, (São Paulo: Companhia das Letras, 1998) 19.

²² István Mészáros, *Filosofia, ideologia e ciência social*, (São Paulo: Boitempo Editorial, 2008) 129.

pesquisa histórica. Dessa maneira, alinha que “*Provare* (provar) significa, por um lado, ‘validar’ e, por outro, ‘experimental’, como observou Montaigne falando de seus próprios ensaios. A linguagem da prova é a de quem submete os materiais da pesquisa a uma aferição permanente: ‘provando e confirmando’, como rezava a famosa divisa da Academia (científica florentina) del Cimento. (...) Caminhamos às apalpadelas, como o *luthier* que bate delicadamente, com os nós dos dedos, na madeira do violino: uma imagem que Marc Bloch contrapôs à perfeição mecânica do torno, para sublinhar o inextirpável componente artesanal do trabalho do historiador.”²³

As teses cépticas têm o condão de reduzir toda historiografia a uma dimensão narrativa ou retórica, desprezando, com isso, o trabalho concreto e específico do historiador. O relativismo céptico, em uma de suas versões, contrapõe a retórica à ideia de prova. Carlo Ginzburg escarafuncha a raiz desta concepção descobrindo o núcleo dela, segundo à qual essa concepção se estrutura: a filosofia de Nietzsche. Em verdade, suas reflexões sobre a linguagem. Segundo Ginzburg, em *Acerca da verdade e da mentira*, —pode-se constatar que “a existência de diversas línguas é citada como prova do abismo que separa palavras e coisas: a linguagem não pode dar uma imagem adequada da realidade.”²⁴ — Dessa forma, no estudo relacional de culturas torna-se impossível a compreensão de sua historicidade e concretude social. Em seu duelo com as concepções agostinianas de *verdade*, Nietzsche acaba por produzir um pensamento com sinal contrário ao cristianismo. A tomada de posição sobre a superioridade de certos povos ou mesmo da língua em relação a outra cultura aponta para um traço definidor da ideologia da historiografia relativista. “O limite do relativismo —seja na versão branda seja na versão feroz— é o de escamotear a distinção entre juízo de fato e

²³ Carlo Ginzburg, *Relações de força*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2010) 8.

²⁴ Carlo Ginzburg, *Relações de Força*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2010) 28.

juízo de valor, suprimindo conforme o caso um ou outro dos dois termos. O limite do relativismo é, ao mesmo tempo, cognitivo, político e moral.”²⁵

Há que questionar, portanto, essa visão redutora do campo de possíveis das atividades práticas humanas à retórica ou a meras figuras de linguagem, que resultam nas imputações arbitrárias e exteriores aos objetos em sua integridade histórica. Se a raiz é nietzscheana, os alvos do historiador italiano são os cépticos relativistas, entre os quais, Roland Barthes e Hayden White. Figuras díspares, mas que esposam alguns pressupostos comuns: “a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são auto-referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica.”²⁶

Dessa maneira, em posição contrária, a tese de Carlo Ginzburg, ancorada na tradição aristotélica, demonstra que *as provas, longe de serem incompatíveis com a retórica, constituem o seu núcleo fundamental*. Por essa razão, *o conhecimento histórico é possível*. Porquanto, “ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si. Para ‘escovar a história ao contrário’ (*die Geschichte gegen den Strich zu bünnen*), como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções

²⁵ Carlo Ginzburg, *Relações de Força*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2010) 38.

²⁶ Carlo Ginzburg, *Relações de Força*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2010) 48.

de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas.”²⁷ .

Há que *escovar a história a contrapelo!* O que significa posicionar-se da perspectiva dos vencidos. Extrair das tensões, conflitos e contradições sociais, as alternativas que não vingaram, que se arruinaram, os projetos sociais que ameaçaram as bases materiais antagônicas do metabolismo social. No plano historiográfico, insurgir-se contra a versão oficial, a dos polos dos vencedores.

Decorridos setenta anos, após ter vivenciado os horrores de um campo de concentração (Camp des Travailleurs Volontaires em Nevers), sem ter o visto que lhe permitiria sair da França, acuado e premido pelas constrições e armas das forças franquistas, Walter Benjamin se suicida a 22 de setembro de 1940, em Port Bou, na Catalunha. Sua desapareição, no entanto, não fez soçobrar seus esforços na crítica dialética do mundo da barbárie. Seus escritos mantêm vivos os embates contra os “Estados de Exceção”! Decepcionado com o Pacto de não agressão entre Stálin e Hitler, de 23 de agosto de 1939, escapando da prisão se dedica a elaboração das *Teses “Sobre o conceito de história”*. Segundo Benjamin, “O materialismo histórico precisa renunciar ao elemento épico da história”, nessa direção, anota em suas *Passagens*: “A primeira etapa desse caminho será aplicar à história o princípio da montagem: Isto é: erguer grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. E, mesmo, descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total. Portanto, romper com o naturalismo histórico vulgar.”²⁸ ii Contra a dominância das formas do positivismo e dos acentos positivos do progresso do sistema social, o que põe um ponto final na história no que diz respeito à ordem social,

²⁷ Carlo Ginzburg, *Relações de Força*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2010) 43.

²⁸ Walter Benjamin, *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*, (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009) 62-63.

Benjamin premido pelo terrorismo imposto pelo fascismo desde as fímbrias do cotidiano às expressões políticas, pontua na oitava das *Teses* que “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso. Então surgirá diante de nós nossa tarefa, a de instaurar o real estado de exceção; e graças a isso, nossa posição na luta contra o fascismo tornar-se-á melhor. A chance deste consiste, não por último, em que seus adversários o afrontem em nome do progresso como se este fosse uma norma histórica. – O espanto em constatar que os acontecimentos que vivemos ‘ainda’ sejam possíveis no século XX não é *nenhum* espanto filosófico. Ele não está no início de um conhecimento, a menos que seja o de mostrar que a representação da história donde provém aquele espanto é insustentável.”²⁹

Vivemos uma temporalidade terrível com o futuro constantemente ameaçado, em que as energias humano-societárias materializadas nas riquezas se esvanecem, o desgoverno do sistema do capital em seu desmonte transforma multidões sem nenhum amparo, as individualidades se fragmentam e se apequenam numa vida dilacerada. Todavia, como recorda nossa historiadora: “Todo tempo é tempo de mudança —mas alguns são mais do que outros. Todo tempo é tempo de conflito— mas há momentos históricos em que as tensões e os conflitos isolados que caracterizam a experiência cotidiana subitamente se aglutinam num fenômeno amplo e abrangente, que ameaça a ‘ordem social’. Nesses momentos as queixas individuais havia muito existentes se transformam numa crítica global ao sistema de poder. Desafiam-se as pressuposições das elites acerca do mundo.”³⁰

²⁹ Walter Benjamin, *Walter Benjamin: aviso de incêndio*, (São Paulo, Boitempo Editorial, 2005) 83.

³⁰ Emília Viotti da Costa, *Coroas de Glória, Lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*, (São Paulo: Companhia das Letras, 1998) 23.

Está claro que o “futuro ausente” que se apresenta como molde atual, dado pelas circunstâncias históricas, pela conservação de estruturas autocráticas, pelos voos desmesurados dos impérios financeiros, pela crise estrutural do capital que a tudo absorve em sua universalização, que produz a enormidade da população de reserva na escala de milhões de desempregados, mas que ao invés de nos fazer recuar deve nos lançar ao encontro de uma permanente busca de alternativas, regado por um “otimismo ponderado”, que vislumbra um traçado radical necessário à luta contra essa impotência e apodrecimento sob a própria pele. Porque, como assegurava um crítico dessa particular forma de metabolismo social, “donde o futuro humano, se futuro houver, será posto pela possibilidade emergente das perspectivas da síntese do saber – a fusão entre o melhor e mais avançado do saber científico-tecnológico e o mais agudo e universal do saber humanista, ou seja, da aglutinação natural entre o saber do mundo e o saber de si. Hoje, o homem já está se tornando o demiurgo da natureza, falta se converter no demiurgo de si mesmo. Numa palavra, *capacidade ilimitada de produção material*, domínio da vida de seu próprio gênero e do planeta, e *humanismo*, no sentido de capacidade de produção do humano. Em síntese, capacidade de produção da vida, inclusive da genuína vida consciente”.

Não há como encerrar esses apontamentos sem antes nos referirmos à generosa acolhida que recebemos por ocasião do *Encuentro Internacional: el papel de las revistas de historia en la consolidación de la disciplina en Iberoamérica*. Com a batuta do coordenador, o historiador e editor do *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, professor doutor Mauricio Archila Neira, e sempre contando com uma equipe de jovens atenciosos e solícitos, que a cada minuto de nossas andanças nas passagens internas, nos auditórios, nas salas da Universidad Nacional de Colombia, sede Bogotá, nos guiavam. Faço meus agradecimentos emotivos, com nossa editora

Vera Lucia Vieira, a Adriana Rodríguez Franco, Fabián Correa Bohorquez e Lorena González Zuluaga, que já despontam como pesquisadores natos e dotados de uma honestidade pessoal básica. Também gostria de exaltar a figura humanista de Alejandra Gaviria do Centro de Memoria, Paz y Reconciliación, localizado em Bogotá, que nos deu verdadeira aula com seus conhecimentos sobre a história dos desaparecidos e mortos de Colômbia.

OBRAS CITADAS

Berman, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. 19.^a reimpressão. Tradução Denise Bottmann. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 15.

Chasin, J. *Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista*. In *Ensaio Ad Hominem 1 – Tomo IV – Dossiê Marx*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001, p. 72-73.

Costa, Emília Viotti da. *Coroas de Gloria, Lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos em Demerara em 1823*, (São Paulo: Companhia das Letras, 1998).

Coutinho, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, p. 13. Ver

Fulco, Adrienne. Vico y Marx: consciencia humana y estructura de la realidad. In: Tagliacozzo, G. *Vico y Marx: afinidades y contrastes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

Ginzburg, Carlos. *Relações de força*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2010).

Hegel, G. W. F. *Cursos de Estética – vol. 1*. Tradução Marco Aurélio Werle; Revisão técnica Márcio Seligman-Silva. São Paulo: EDUSP, 1999.

-
- Heller, Agnes. *O cotidiano e a história*. 8.^a edição. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- Löwy, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Jeanne-Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo, Boitempo, 2005 p. 83.
- Lukács, György. “Arte livre ou arte dirigida?”. In: *Marxismo e Teoria da Literatura*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Expressão popular.
- Marx, Karl. *O capital – crítica da economia política*, vol. 1, tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Köthe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- Medaglia, Júlio. Karlheinz Stockhausen, 1928-2007. In: *Concerto – Guia mensal de música erudita*, janeiro/fevereiro, 2008.
- Mészáros, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Tradução de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.
- Seligman-Silva, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- Tertulian, Nicolas. *Georg Lukács – etapas de seu pensamento estético*. Tradução Renira Lisboa de Moura Lima. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- Vico, Giambattista. *A Ciência Nova*. Tradução de Marco Lucchesi. Rio de Janeiro, Record, 1999.